

Superior Tribunal de Justiça

Acordo no RECURSO ESPECIAL Nº 1.602.445 - PR (2016/0136010-6)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
REQUERENTE : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : LUIZ RODRIGUES WAMBIER - PR007295
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS -
PR024498
ADVOGADOS : TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM - PR022129
SUELEN MARIANA HENK E OUTRO(S) - PR042283
REQUERIDO : RITA DE CASSIA RODRIGUES
ADVOGADOS : LEANDRO ISAIAS CAMPI DE ALMEIDA - PR028889
JOSE VICENTE FERREIRA - PR030900

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO NA ORIGEM. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DO RECURSO ESPECIAL.

- 1. Verificada a perda superveniente de seu objeto, o recurso especial deve ser julgado prejudicado.*
- 2. RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO.*

DECISÃO

Vistos etc.

ITAU UNIBANCO S.A e RITA DE CASSIA RODRIGUES por intermédio da Petição n.º 00639959/2019, notificaram que o acordo, previamente, entabulado fora homologado pelo Juízo de primeiro grau, o qual extinguiu o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil.

Nesse contexto, requereram a declaração de extinção do processo, diante da perda de seu objeto e a determinação de baixa dos autos ao TJPR para que seja liberado em favor da instituição financeira o valor depositado para atender ao disposto no art. 488, inciso II, do CPC/73, conforme acordado entre as partes.

É o relatório.

Passo a decidir.

A Emenda Regimental n.º 24, de 2016, o art. 34, inciso IX, do RISTJ,

Superior Tribunal de Justiça

preconiza que é atribuição do Relator apreciar e homologar pedidos de desistência, de autocomposição das partes e de habilitação em razão de falecimento de qualquer das partes, ainda que o feito se ache em pauta ou em mesa para julgamento.

Nesse contexto, diante da homologação por sentença, do acordo firmado entre as partes litigantes, é de rigor o reconhecimento da perda de objeto do presente recurso especial.

A propósito:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. PERDA DO OBJETO.

1. Constatada a perda superveniente de seu objeto, o recurso especial deve ser julgado prejudicado.

2. Agravo interno não provido. (AgInt no AgInt no REsp 1616569/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018)

Ante o exposto, julgo prejudicado o recurso especial pela perda de seu objeto, declarando extinto o procedimento recursal.

Intimem-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator